

**UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA E SUA EFETIVAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: A INVISIBILIDADE
DOS (AS) TRABALHADORES (AS) ENVELHECIDOS (AS)**

MILENA RODRIGUES LIMA

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA E SUA EFETIVAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: A INVISIBILIDADE
DOS (AS) TRABALHADORES (AS) ENVELHECIDOS (AS)**

MILENA RODRIGUES LIMA

Sob a Orientação da Professora
Fabírcia Vellasquez Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, como parte
das exigências para obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.
Julho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lp LIMA, Milena Rodrigues , 1998-
A POLÍTICA NACIONAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA e sua efetivação no Rio de Janeiro: a
invisibilidade dos (as) trabalhadores (as)
envelhecidos (as) / Milena Rodrigues LIMA. -
Seropédica - RJ, 2023.
52 f.

Orientador: Fabricia Vellasquez PAIVA. Trabalho
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social , 2023.

1. Questão Social . 2. Envelhecimento. 3. Situação
de rua. I. PAIVA, Fabricia Vellasquez, 1981-, orient.
II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
Serviço Social III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



ATA Nº 3153 / 2023 - CoordCGSS (12.28.01.00.00.00.04)

Nº do Protocolo: 23083.053172/2023-11

Seropédica-RJ, 10 de agosto de 2023.

Milena Rodrigues Lima

**A POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUA
EFETIVAÇÃO NO RIO DE JANEIRO: A INVISIBILIDADE DOS(AS)
TRABALHADORES(AS) ENVELHECIDOS(AS)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 27 de julho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Fabricia Vellasquez Paiva
Membro interno (DTPE/UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a Simone da Cunha Tourino Barros
Membro externo (SUPIDOSO/SEDSODH)

Prof. Me. Rogério do Nascimento Silva
Membro externo (UNIVASSOURAS)

(Assinado digitalmente em 11/08/2023 10:44)
FABRICIA VELLASQUEZ PAIVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24)
Matrícula: 1794153

(Assinado digitalmente em 11/08/2023 02:29)
ROGÉRIO DO NASCIMENTO SILVA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 035.149.687-48

(Assinado digitalmente em 11/08/2023 10:03)
SIMONE DA CUNHA TOURINO BARROS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 044.816.017-01

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **3153**, ano: **2023**, tipo: **ATA**, data de emissão: **10/08/2023** e o código
de verificação: **9272d24165**

Á minha irmã, Mileide Rodrigues, dedico este trabalho. Você esteve comigo no momento do meu ingresso e infelizmente não está presente para ver a conclusão. Com amor, gratidão e saudade, esta monografia é para você.

AGRADECIMENTOS

Início esta etapa agradecendo ao curso de graduação em Serviço Social. Agradeço por toda atenção e empatia dedicada aos alunos. Em todo este período como discente, muito me impressionou positivamente o empenho do corpo docente (assim como coordenação e secretaria) em ver para além de apenas um aluno, mas também considerar o ser social e suas particularidades. Por esta sensibilidade, eu agradeço muito.

Sobre o corpo docente citado acima, agradeço em especial a minha orientadora Fabricia Vellasquez Paiva, por todo comprometimento e empenho em me direcionar nesta etapa tão importante, obrigada por me proporcionar um enorme aprendizado, você é referência! De mesmo modo, sou agradecida a professora Simone Tourino da Cunha Barros. Ter tido a oportunidade de vivenciar a graduação com uma profissional tão qualificada e humana, me deu forças e desenvolveu em mim ainda mais o desejo incansável de ser uma Assistente Social ética e comprometida com as atribuições a mim destinadas. Como diz Paulo Freire: “o educador se eterniza a cada ser que educa”, e nesta reta final, tenha certeza de que vocês duas estarão sempre em cada profissional que ajudaram a formar.

A minha família, agradeço por todo apoio e auxílio prestados até aqui. Agradeço especificamente a meus pais (Zeli e Ildebrando) e a minha avó Gecy. Sem o suporte de vocês, isso não seria possível. Aos meus primos Patrick Dutra e Patricia Dutra, deixo meu agradecimento por todos os momentos que compartilhamos desde a infância, nossa união e irmandade foram meu pilar em diversas circunstâncias. A Lohana Moraes e Suzanna Dovia, minhas amadas sobrinhas, agradeço por serem sempre tão protetoras, por partilharem o dia a dia comigo e por me ensinarem o que é cumplicidade, afinal, independente de qualquer coisa, sempre teremos umas as outras. Obrigada por depositarem a confiança de vocês em mim e por sempre me fazerem acreditar em mim mesma, acreditar na minha capacidade. Amo vocês e serei eternamente grata.

Por fim, aos meus amigos: Gabrielly Oliveira, Eduardo Almeida e Camila Oliveira; agradeço o companheirismo e cuidado durante todo esse tempo, por experienciar comigo a aventura que foi esta jornada e por estarem ao meu lado em meio a qualquer dificuldade. Viver com vocês diariamente - e no caso da Gabrielly, dividir uma casa – foi incrível. Amo vocês e os levarei sempre comigo.

RESUMO

A pesquisa aqui apresentada procura, de modo compreensível, abordar temas muito importantes como envelhecimento, questão social, sistema capitalista e política sociais. O envelhecimento vem ganhando cada vez mais notoriedade devido ao fenômeno mundial de seu crescimento. Pesquisas apontam que no Brasil, não falta muito para que tenhamos mais idosos do que crianças. Com o grande quantitativo de idosos existentes, entende-se que a pessoa envelhecida começou a ocupar cada vez mais espaços, incluindo a rua. Esta monografia foi construída com o propósito de trazer mais visibilidade aos trabalhadores envelhecidos em situação de rua e suas condições de vida, bem como, contribuir com o aumento da produção sobre a temática. Utilizamos como metodologia de pesquisa a bibliográfica e a documental, tendo esta como base a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o CENSO do ano de 2020. Com base na análise destes dados, foi possível refletir acerca das questões etárias, de gênero e de raça para que houvesse discussões críticas e a partir disso, tivemos como resposta/resultado que as áreas com maior quantitativo de pessoas em situação de rua são Centro do Rio de Janeiro e Zona norte, respectivamente, e que de modo majoritário, essa população é composta por homens pretos e pardos. Foi identificado um percentual de 9.1% de pessoas envelhecidas nas ruas, sem garantia dos direitos sociais. Consideramos, por fim, que a efetividade da referida política vivencia graves dificuldades e que seus avanços não abarcam a todos que dela precisam.

Palavras-chave: envelhecimento, questão social, situação de rua.

ABSTRACT

The research presented here seeks, in an understandable way, to approach very important themes such as aging, social issues, the capitalist system and social policies. Aging is gaining more and more notoriety due to the worldwide phenomenon of its growth. Research shows that in Brazil, it is not long before we have more elderly people than children. With the large number of existing elderly people, it is understood that the elderly person began to occupy more and more spaces, including the street. This monograph was built with the purpose of bringing more visibility to aged street workers and their living conditions, as well as contributing to the increase of production on the subject. We used bibliographical and documentary research as a research methodology, based on the National Policy for the Homeless Population and the 2020 CENSUS. Based on the analysis of these data, it was possible to reflect on age, gender and race so that there were critical discussions and from that, we had as a response/result that the areas with the highest number of people living on the street are the Center of Rio de Janeiro and the North Zone, respectively, and that, in a majority, this population is composed of black and brown men. A percentage of 9.1% of aged people on the streets, without guarantee of social rights, was identified. Finally, we consider that the effectiveness of the aforementioned policy is experiencing serious difficulties and that its advances do not reach everyone who needs it.

Keywords: aging, social issue, street situation.

LISTA DE INFOGRÁFICOS E TABELAS

TABELA1: Quantidade de documentos extraviados pela população em situação de rua	29
INFOGRÁFICO 1: Panorama geral – Distribuição da População	37
INFOGRÁFICO 2: Gênero e Faixa etária	39
INFOGRÁFICO 3: Paralelo entre as mudanças numéricas	40
INFOGRÁFICO 4: Dificuldades enfrentadas pelos usuários	41
INFOGRÁFICO 5: Segundo esta população, o que é necessário para conseguir deixar a situação de rua	42

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AP – Área de Planejamento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEPEESS – Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNPR – Política Nacional para a População em Situação de Rua

PSD – Partido Social Democrático

PSR – População em Situação de Rua

PT – Partido dos Trabalhadores

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: Envelhecimento enquanto uma expressão da questão social: refletindo sobre os trabalhadores envelhecidos em situação de rua	13
CAPÍTULO II: A Política Nacional para a População em Situação de Rua e sua efetivação no município do Rio de Janeiro: a invisibilidade dos (as) trabalhadores (as) envelhecidos (as)	23
CAPÍTULO III: Censo da População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: analisando o perfil dos trabalhadores envelhecidos.	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento se trata de um processo natural do ser humano que ocorre de maneira pessoal, ou seja, em consideração a individualidade e vivência de cada ser, contemplando mudanças físicas, comportamentais e sociais.

A OMS - Organização Mundial da Saúde define a pessoa idosa em países desenvolvidos a partir de sessenta e cinco (65) anos, em contrapartida, para países em desenvolvimento a idade estabelecida é os sessenta (60) anos.

O envelhecimento populacional tem se apresentado cada vez de forma mais evidente. No Brasil, segundo o IBGE (2019) o número de idosos chegou a 32,9 milhões, sendo superior ao número de crianças com até 9 anos de idade. O índice de idosos no país teve um aumento considerável entre os anos de 2012 a 2019, onde 7,5 milhões de indivíduos entraram para essa faixa etária e o Brasil estabeleceu uma elevação de 29,5% na população envelhecida. Com essa projeção, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estima que no ano de 2060, 58,2 milhões de pessoas sejam idosas.

De acordo com Pereira (2007), o Serviço Social, sendo uma profissão inserida constantemente na interação com políticas públicas e direitos sociais, não pode estar distanciada dos questionamentos provenientes do fenômeno do envelhecimento. Entre as problemáticas existentes nesse contexto, enfatizo este desafio, anteriormente já destacado por Faria e Paixão (2018) onde os mesmos questionam como seria possível garantir direitos iguais para toda população envelhecida tendo em vista que cada população vivência um contexto de desigualdade diferente, sendo assim, como poderia uma mesma faixa etária experienciar o processo do envelhecimento de forma igualitária estes sendo pertencentes a classes sociais distintas?

A escolha do tema do envelhecimento ocorreu devido a minha afinidade com o mesmo, visto a minha participação no Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social (NEPEESS) no qual atuo como estagiária. Sendo assim, esta monografia se concretiza como fruto de minha

experiência de estágio, enquanto discente do Curso de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

No NEPEESS realizamos pesquisas e atividades de extensão voltadas para os trabalhadores envelhecidos e ao me aproximar do estudo sobre a população em situação de rua envelhecida, alguns questionamentos foram realizados, a saber: existe um grande quantitativo de trabalhadores (as) envelhecidos (as) em situação de rua? Estes trabalhadores (as) envelhecidos (as) em situação de rua estão protegidos socialmente? Quais são os determinantes para inserção e permanência em situação de rua?

De modo a respondermos os questionamentos anteriormente mencionados, resolvemos realizar esta pesquisa que objetiva mapear e analisar o perfil e as determinações para que os trabalhadores (as) envelhecidos (as) sejam inseridos e permaneçam em situação de rua, bem como, o acesso aos direitos sociais.

Ademais, o tema também foi escolhido devido à ausência de seu aprofundamento teórico e estudos sistematizados, sendo um assunto necessário, porém pouco discutido e desenvolvido até então pela academia. Desse modo, o propósito da discussão aqui estabelecida, para além de uma contribuição para o meio acadêmico, é mapear e analisar os dados, gerando uma argumentação acerca das políticas públicas existentes ou a falta delas.

Isto posto, esta pesquisa estima gerar grande contribuição para o Serviço Social e seu acervo acerca da pauta do envelhecimento, estabelecendo parâmetros e prestando como base teórica para o desenvolvimento de políticas para esta população. Para o Núcleo de Pesquisa (NEPEESS) no qual estou inserida, esta monografia servirá de aporte para os projetos que visamos colocar em prática, proporcionando argumentação sobre dados que, posteriormente, poderão ser utilizados em projetos de extensão e outras atividades educativas.

Em termos da metodologia de pesquisa, optou-se pela abordagem documental/bibliográfica, uma vez que este tipo de abordagem permite “uma riqueza de informações, já que elas podem ser utilizadas em várias áreas de ciências humanas e sociais, aproximando o entendimento do objeto na sua contextualização histórica e sociocultural” (CECHINEL, 2016 apud SÁ-SILVA et al, 2019).

A presente pesquisa foi elaborada mediante a técnica quantitativa, utilizaremos como fonte documental o censo da população em situação de rua, do ano de 2020, do município do Rio de Janeiro, pois os municípios do entorno da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) não possuem dados sistematizados e abertos ao público.

Para a melhor elucidação da temática desta monografia, iremos dividir a mesma em três capítulos, a saber:

No capítulo 1, trabalharemos o envelhecimento enquanto uma expressão da “questão social”, pois entendemos que o mesmo na ordem do capital vivencia de forma mais agudizada as expressões da questão social, sobretudo a partir dos recortes de gênero, raça e classe.

Já no Capítulo 2, conduziremos o debate sobre a perspectiva das políticas públicas e direitos sociais, mais precisamente intitulado: A política nacional para a população em situação de rua e os direitos sociais dos trabalhadores envelhecidos. Neste módulo trataremos sobre os direitos sociais pertencentes a esta faixa etária, assim como abordaremos sobre as políticas já existentes e suas demandas, tanto quanto questionar sua efetividade e acesso, uma vez que compreendermos a necessidade da explanação desse conteúdo.

Após isto, no Capítulo 3, apresentaremos o caráter quantitativo desta monografia. Elucidaremos sobre os dados do Censo (2020) da população em situação de rua no município do Rio de Janeiro, analisando os perfis destes trabalhadores envelhecidos, para que possamos identificá-los enquanto classe, gênero e raça.

Em síntese, dedicaremos nossos esforços para que este trabalho de conclusão de curso contribua de forma efetiva a quem dela precise, e que de mesmo modo, engrandeça o conhecimento daqueles que desejam aprimorar seus fundamentos e práticas voltadas para o envelhecimento.

CAPÍTULO I

2. Envelhecimento enquanto uma expressão da questão social: refletindo sobre os trabalhadores envelhecidos em situação de rua

Iniciaremos abordando a temática do envelhecimento e suas demandas, a fim de proporcionar uma melhor compreensão desse processo tão importante e tão presente, principalmente nos últimos anos. Os questionamentos desenvolvidos no decorrer deste capítulo nos auxiliam a gerar uma discussão sobre o processo de envelhecimento para além do aspecto biológico, tratando sobre a “(...) velhice reproduzida nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital” (PAIVA, 2012, p. 30).

No campo da gerontologia, em uma das perspectivas de análises existentes, há diferenciações no processo de envelhecimento biológico, psicológico, social e cronológico.

A idade biológica diz respeito a alterações decorrentes do processo do envelhecimento, tais como mudanças fisiológicas, corporais e mentais. A idade psicológica, por sua vez, corresponde aos avanços cognitivos e comportamentais, como a memória, percepção e aprendizado. Em contrapartida, a idade social se expande para além das características destacadas acima, está diretamente ligada aos hábitos e normas que o ser vivenciou durante sua trajetória, podendo ser distintos em cada tipo de sociedade, devido a costumes e historicidade. Por fim, a idade cronológica se enquadra em estimar o tempo de vida em dias, meses e anos (TEIXEIRA, 2021).

A partir destas definições é possível inferimos que o envelhecimento não é padronizado e ocorre de maneira individualizada considerando o meio. Autores como Carvalho e Debert corroboram para esta perspectiva. Teixeira (2021), em sua produção, cita estes dois autores a fim proporcionar maior embasamento. De acordo com Teixeira (2021), Carvalho (2013, p. 5) afirma que “o envelhecimento é um processo que integra fatores pessoais, econômicos, comportamentais, culturais, sociais e de gênero, os quais determinam o modo como se envelhece”. Desse

modo, é viável conceber o envelhecimento enquanto um processo natural da vida e suas mais diversas formas, contextos e inserções.

Tendo em vista as diferenças nos modelos de sociedades presentes pelo mundo e compreendendo que a construção social se modifica de acordo com o meio no qual se vive, os autores Heck e Langdon (2002) defendem o pensamento de que o envelhecimento apresenta variações que são construídas socialmente. Eles afirmam que os grupos sociais se diferem de acordo com a visão de mundo, crença, valores e práticas experienciadas. Em algumas sociedades – incluindo a brasileira, em maior parte das regiões – o envelhecimento é atrelado a negatividade, pois é vinculado aos sentimentos de solidão, sofrimento e morte, fase final de uma etapa (JARDIM, MEDEIROS, BRITO; 2019). Em meio a esta realidade, a velhice é tratada como problema social.

Para a Minayo e Coimbra Jr (2002) o envelhecimento é encarado como um fator de carga econômica e essa visão se estenderia para além do âmbito familiar, como também para a sociedade. A velhice é vista como uma ameaça a possibilidade de mudança, como perda da autonomia e da capacidade de decisão, o que corrobora para o aumento do estigma e depreciação em relação ao envelhecimento. De acordo com Minayo e Coimbra Jr, essa ideia depreciativa é fortemente impulsionada pela visão implementada no sistema de produção capitalista:

A visão depreciativa dos mais velhos tem sido, através dos tempos modernos, alimentada profundamente pela ideologia 'produtivista' que sustentou a sociedade capitalista industrial, para a qual, se uma pessoa não é capaz de trabalhar e de ter renda própria, de pouco ou nada serve para sua comunidade ou seu país. (2002, p.16)

Uma reflexão necessária a ser feita é sobre a diferenciação no cuidado e proteção para com a pessoa idosa em sociedades que antecedem o capitalismo, corroborando ainda mais para a análise de Minayo e Coimbra Jr (op.cit). Nestas referidas sociedades, o zelo e importância eram direcionados para a pessoa idosa, isto pois o ancião representava sabedoria e liderança, tendo sua experiência de vida exaltada. Atualmente, pode-se observar estes costumes na cultura dos povos orientais e indígenas, onde as tradições permanecem. Entretanto, com a inserção do capitalismo como modelo econômico, a visão da sociedade foi modificada uma vez que o homem passou a se tornar sujeito social a partir da sua contribuição por meio

do trabalho. Desse modo, o trabalho do homem era visto como forma de construção da sociedade e de si próprio. Segundo Marx, mediante ao capitalismo “é do e pelo trabalho que o homem se faz homem, constrói a sociedade, é pelo trabalho que o homem transforma a sociedade e faz a história” (1988, p.409).

Ao se estabelecer como idoso perante a sociedade capitalista, o homem se encaixa na condição de velho e assim “é descartado pelo capital, que não lhe dá condições de sobrevivência. (...) O trabalhador sente que sua vida foi desapropriada, suas necessidades aumentam e com elas a impossibilidade de satisfazê-las e já não encontra lugar no mundo.” (OLIVEIRA, et al. 2011, p.3). Entendemos então que, mesmo que a pessoa idosa seja ativa e contribuinte, não é dessa forma que ela é vista e tratada, tanto pela sociedade quanto pelo Estado. Este esclarecimento é válido para que seja possível realizar uma reflexão acerca dos idosos em situação de rua, haja vista que a população em situação de rua também é preterida. Neste caso, estamos lidando com a junção de dois grupos invisíveis para a sociedade: os envelhecidos em situação de rua.

Os trabalhadores envelhecidos padecem com as condições de vulnerabilidade juntamente com a intensificação do empobrecimento. A invisibilidade social experienciada por este grupo expressa “a violência estrutural e a interseccionalidade vivenciadas desde o nascimento, na negligência do Estado, na falta de acesso às políticas públicas de trabalho, educação, saúde, habitação, entre outras.” (MATTOS, p.9, 2017). Para além disto, compreende-se que toda vivência social é influenciada por marcadores de gênero, de classe, de etnia, entre outros. Netto (2001) afirma que a pobreza não é algo recente na sociedade e que com a proliferação do pauperismo, na mesma medida em que expandia a produção de riquezas, aumentava as desigualdades sociais em suas mais diversas camadas.

A população em situação de rua faz parte do lumpemproletariado, ou seja, ela não possui relação com os meios de produção capitalista ao vender sua força de trabalho, ela está deslocada em meio a esta relação econômica, se posicionando assim abaixo do proletariado. Por não estar atrelado diretamente a esta relação, o lumpemproletariado é considerado por Marx como incapazes de se organizar – devido à falta de coletividade no processo de trabalho – e também de pensar criticamente, dificultando o desenvolvimento da consciência de classe.

Dito isto, é notório que existe um grupo de pessoas que sofre com a desigualdade agudizada inerente à sociedade capitalista e que possui raça, gênero e classe bem definidas.

Segundo o Censo de 2020, no município do Rio de Janeiro, 80% das pessoas em situação de rua eram homens. Já referente a raça, 28,2% se consideravam pretos e 38,9% pardos. No geral, 64,8% havia o ensino fundamental incompleto como grau de escolaridade. De acordo com a Sanitarista da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz) Bianca Leandro (2021), a cidade do Rio de Janeiro possui uma permanência do público masculino devido a migração em busca de trabalho, mesmo que temporário. Para Bianca, a população decide sair da sua cidade natal visando uma oportunidade de emprego e nem sempre encontra, se tornando desabrigado.

A fim de expor um contraponto, enquanto homens são maior número com relação a falta de habitação (que entendemos também como uma expressão da questão social), mulheres são maioria quando se trata de violência. Com isso, compreendemos que as mazelas atingem homens e mulheres fortemente, mas em contextos e formas distintas.

No ano de 2007, a Universidade Católica de Brasília realizou um estudo que nos proporcionou os seguintes dados: no ano em questão, 12% dos quase 18 milhões de idosos existentes no Brasil já haviam sofrido algum tipo de violência, e seguindo para uma reflexão com recorte de gênero, num levantamento realizado pela Central Judicial do Idoso – Defensoria Pública, no ano de 2019, foram atendidos 192 casos de violência contra idosos, sendo que em 124 deles, a vítima era do sexo feminino. Isto caracteriza aproximadamente 65% dos casos. Este é um dado específico de Brasília, mas que nos faz refletir e questionar que, em níveis mais amplos, “o mundo dos muitos idosos é um mundo das mulheres” (CALDAS et al, 2009, p.169 apud GOLDANI, 1999).

A pauta do envelhecimento e por consequência o envelhecimento feminino, possui uma relevância muito grande levando em consideração o fenômeno de objetificação social na qual mulheres passam no decorrer de toda sua vida, onde a mesma é posta num lugar de passividade e submissão, se tornando a parte central do lar e sendo responsável por todo ato de cuidado e serviço (SALGADO, 2002). Em

concordância com estas afirmações, Debert (1999) diz que, com o processo natural do envelhecimento, algumas atividades vinculadas como femininas não são capazes de ser executadas com êxito, como por exemplo a reprodução. E a partir disto, “sendo a mulher em quase todas as sociedades valorizada exclusivamente por seu papel reprodutivo e pelo cuidado das crianças, desprezo e desdém marcariam sua passagem prematura à velhice” (DEBERT, 1999. p. 8).

Tendo em vista estas percepções, é possível inferimos que o envelhecimento carrega estigmas e abandono, até mesmo do Capital ao categorizar a mulher envelhecida como inútil, assim como, não desenvolvendo políticas públicas que atendam efetivamente a estas mulheres. Reiteramos que o espaço para este debate é necessário enquanto propulsor de luta e resistência, local onde mulheres sempre estiveram inseridas historicamente. Este é apenas um desdobramento entre tantos que é possível refletirmos a partir dos acontecimentos no campo do envelhecimento. Estes determinantes sociais que diferem o processo de envelhecimento estão diretamente ligados à “questão social”.

Para um melhor entendimento do que se trata “questão social”, tema central deste capítulo, é necessário que abordemos diretamente algumas categorias como o capitalismo, a luta de classes e desigualdades sociais. Posto isto, é fundamental relatar que a concepção de “questão social” possui algumas variações de acordo com a análise de cada teórico. A fim de proporcionar uma compreensão de maneira ampla, será exposto a seguir um breve apanhado de definições dos principais pensadores da área, para que seja plausível o desenvolvimento de um pensamento crítico e transformador, assim como a compreensão das diferenciações nas análises.

Para Carvalho e Yamamoto (1983, p.77) a “questão social” diz respeito as “expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.” Isto é, a “questão social” se manifestaria no cotidiano da vida social, evidenciando a contradição existente entre o proletariado e a burguesia.

Netto é outro autor que tem sua análise em concordância com Yamamoto. Assim como Yamamoto (2021) afirma que não é possível dissociar o processo de acumulação do capital e o efeito que o mesmo produz sobre a classe trabalhadora;

Netto (2001) diz que a “questão social” é fruto do desenvolvimento capitalista, classificando como algo que é constitutivo, pertencente a ele. Para os autores mencionados, o sistema capitalista engendra desigualdades sociais na medida que se apropria das atividades e da força de trabalho humana.

Netto e Iamamoto defendem que a “questão social” se apresenta em diversas expressões, ainda que de modo agudizado, mas que no fim, se trata de um mesmo processo. Se diferenciando deles, há um autor chamado Pierre Rosanvallon que possui uma teoria contraposta. Para Rosanvallon, as modificações contemporâneas foram responsáveis pelo surgimento do que o autor nomeia Nova Questão Social. Segundo o autor, “o crescimento do desemprego e o aparecimento de novas formas de pobreza nos remetem à antigas categorias de exploração” (ROSAVALLON apud: PINHEIRO; DIAS. 2009, s.p).

Juntamente com Rosanvallon, o autor Robert Castel também segue a linha de análise na qual interpreta o surgimento de uma “nova questão social”. Para ambos, “o surgimento de uma nova questão social é traduzido pela inadaptação dos métodos antigos de gestão social” (SANTOS, 2005. p.165). Castel defende que, desde o surgimento do conceito de “questão social”, a mesma estaria passando por modificações – a qual ele nomeava como “metamorfoses” – que implicavam diretamente na existência de novas problemáticas. Para este autor, a “questão social” se redefine ao passo em que permeia novas crises. Segundo Castel (1999, p.28), estas metamorfoses eram compreendidas como: “A palavra metamorfose não é, pois, uma metáfora empregada para sugerir que a perenidade da substância permanece sob a mudança dos seus atributos. Ao contrário: uma metamorfose faz as certezas tremerem e recompõe toda a paisagem social.”

Adentrando na teoria de um outro autor da área, nota-se mais uma diferente análise. Neste caso, a “questão social” estaria intrínseca a sociedade de forma que estivesse presente desde os primórdios e não somente com a introdução do sistema capitalista. Historicamente, para Ianni (1989), a “questão social” esteve presente nas mais diversas situações em que foram refletidas as disparidades econômicas, políticas, regionais, culturais e sociais. Ianni relata, em sua obra, o contexto da escravidão como forma de exemplificar a “questão social” de modo elucidativo. Seguindo esta linha de debate, a discussão em torno da “questão social” neste

contexto relatado, surgiu mais fortemente com a abolição. Exporemos a seguir o trecho em que Ianni realiza alguns apontamentos:

O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse: declará-lo livre ou açoitá-lo até à morte. A contrapartida, na perspectiva do escravo, era o suicídio, a tocaia contra o senhor, membros da família deste e capatazes, rebelião na senzala, fuga, formação de quilombo, saque, expropriação. Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria qualquer possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente. (1989, p.190)

Ainda de acordo com Ianni, pós o marco da abolição movimentos sociais e trabalhistas surgiram buscando condições dignas de trabalho e de vida, impulsionando reformas e revoluções. Mediante a tantas demandas, o Estado reconhece a “questão social” como uma realidade ainda que inicialmente a considere um problema de polícia e a negligencie a violência utilizada contra os protestos e reivindicações. Somente no decorrer dos anos 20 e 30 os setores dominantes passaram a considerar a “questão social” como um problema político, apesar da ocorrência de diversos retrocessos posteriores a isto.

É evidente que muitas das demandas das expressões da “questão social” está diretamente ligada a classe e desigualdade, principalmente quando se analisa os indicadores econômicos e sociais. Ianni (1989) ressalta a grande discrepância entre estes indicadores uma vez que o Brasil seria considerado a oitava potência econômica do mundo ocidental, enquanto na perspectiva social, se aproximava dos países menos desenvolvidos. Enquanto o capital prosperava –mediante, claro, a exploração dos trabalhadores – o povo vivia em condições precárias de subsistência. Para conceber plenamente este antagonismo, é necessário destrincharmos ainda mais as contradições.

Sendo assim, nos modos de produção anteriores ao capitalismo, a pobreza se fazia presente devido à escassez de forças produtivas, como também de alimentos e suplementos para subsistência. Posteriormente a isto, com a ascensão da classe burguesa e surgimento do modo de produção capitalista, é gerado um novo desenvolvimento das forças produtivas onde a carência por mantimento não era

mais evidente, mas que em contrapartida, ainda se fazia presente a desigualdade devido a divisão de classes e acumulação de riquezas. Segundo Netto (2009), a escassez em tempos de capitalismo é socialmente produzida. Ou seja, nos primórdios, a desigualdade já era existente de forma natural, mas conforme a sociedade foi se transformando no decorrer dos séculos, a escassez passou a ser uma escolha do homem.

Marx (1982, p. 75) debate todo esse contexto em suas obras, onde o mesmo diz que o capitalismo é “uma sociedade de produtores de mercadorias”, gerenciada por homens a fim de negociar sua força de trabalho ou até mesmo instrumentos de produção. Inserido neste sistema capitalista, as trocas se constituem como forma de relação social entre os produtos e não entre os homens, refletindo desse modo uma relação social dos produtores com o trabalho em sua totalidade de modo indiferente, não possuindo uma relação existente fora deles (ALCANTRA; LEITE, 2011).

Esse acontecimento é definido por Marx (1982) como fetichismo da mercadoria, onde as relações de produção se confundem, fazendo com que seja dificultosa a relação de pertencimento entre homem e trabalho. Entende-se que, em meio a esse modo de produção, as relações sociais se caracterizam pela contradição entre as classes sociais.

Nesse contexto de desigualdade, a sociedade, também, se manifesta em espaços de luta e resistência, fato este que incomoda o capital. Segundo Alcantra e Leite (2011, pg.8, apud Marx,1995)

À medida que suas manifestações potencializam-se como ameaça da classe explorada que perturbariam a prosperidade nos negócios capitalistas e a estabilidade das instituições políticas e sociais, estabelece-se o conflito entre classes sociais, que deflagra a emergência de respostas do capitalismo, tendo em vista sua manutenção como modo de produção que determina as relações sociais de exploração.

Isto posto, a “questão social” se faz presente como fruto do antagonismo entre trabalho e capital, por se tratar principalmente de um sistema segregador entre trabalho e acumulação. Neste modo de produção, a riqueza é socialmente produzida pelo proletariado e tem sua apropriação por uma minoria, se tratando assim de uma

exploração da classe burguesa para com os trabalhadores. Esta contradição é o cerne da questão social.

Após esse apanhado de informações, compreendemos que a “questão social” possui suas mais diversas expressões, dentre elas estão o desemprego, violência, e o envelhecimento, objeto de estudo desta monografia. O envelhecimento enquanto expressão da questão social se dá devido ao conjunto de panoramas que o país apresenta, como “pobreza, desigualdade social e instituições não totalmente consolidadas” (COSTA; CAVALCANTI; p.2, 2017). A partir destes fatores, o fenômeno do envelhecimento se caracteriza enquanto uma expressão da “questão social”, uma vez que está diretamente ligado a necessidade de políticas de seguridade social, refletindo a contradição e precarização.

Se tratando especificamente desta carência de políticas públicas e invisibilidade social:

O que vemos na realidade do sistema capitalista é, nada mais nada menos, uma transfiguração de direitos em benefícios que são massificados e absorvidos como tal pelos idosos e sociedade em geral. Onde o Estado cria respostas mínimas, possibilitando, ilusoriamente, que o idoso se identifique como integrante dessa sociedade. Fazendo com que ele se perceba como um ator social que não atua mais, mas que já atuou e “merece” ser recompensado por isso. Buscando, por meio de tais políticas preservar a hegemonia dominante. (OLIVIERA, et al. 2011, p.3)

Como apreendido neste mesmo capítulo, a pessoa envelhecida se encontra no lumpemproletariado e vivencia diariamente as expressões da questão social de modo agudizado, tal como o abandono, violência, pobreza, fome, entre outros. Isto posto, o envelhecimento se caracteriza enquanto uma expressão da questão social pois esta é socialmente negada e se encaixa em um grupo marginalizado, já que envelhecer em meio ao capitalismo é se tornar improdutivo uma vez que não há acúmulo de riqueza e lucro mediante a força de trabalho deste indivíduo. Adicionalmente a isto, a falta de respostas eficazes do Estado para o fenômeno do envelhecimento e principalmente acerca da população idosa em situação de rua faz com que as expressões da “questão social” se agravem cada vez mais, tendo em vista a vivência neste modelo econômico que padroniza o trabalho como meio de

sobrevivência, logo, os velhos ao não exercerem mais esta função, se tornam invisíveis sociais.

CAPÍTULO II

3. A Política Nacional para a População em Situação de Rua e sua efetivação no município do Rio de Janeiro: a invisibilidade dos (as) trabalhadores (as) envelhecidos (as)

No capítulo anterior realizamos uma síntese dos acontecimentos, conceitos e adversidades que permeiam o envelhecimento, buscando expor informações que auxiliem na compreensão do debate proposto e, de mesmo modo, formar uma base de conteúdo para que seja possível o entendimento das considerações que adiante serão apresentadas. Dito isto, neste ponto desta monografia abordaremos, especificamente, a Política Nacional da População em Situação de Rua. Manteremos nossos esforços em ofertar esclarecimentos, referências e pareceres para desenvolver conhecimentos acerca desta política social, seu surgimento e sua efetivação no Rio de Janeiro.

Antes de introduzir a discussão sobre a política social mencionada, é importante apresentar a definição do que é considerado “situação de rua” a fim de deslindar o conceito que será parte central deste capítulo.

De acordo com Governo Federal (2020), o Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) define a “situação de rua” como:

uma experiência individual de alguns dos membros mais vulneráveis da sociedade, caracterizada pelo abandono, desespero, baixa autoestima e negação da dignidade, com consequências graves para a saúde e para a vida. O termo ‘situação de rua’ não só descreve a carência de moradia, como também identifica um grupo social. O estreito vínculo entre a negação de direitos e uma identidade social distingue a falta de moradia da privação de outros direitos socioeconômicos. (BRASÍLIA, 2020, s.p)

A Política Nacional para População em Situação de Rua é instituída pelo Decreto nº7.053, de 23 dezembro de 2009. Nele, segundo o Governo Federal (2020), encontra-se a seguinte definição:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de

moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Tendo esses conceitos apreendidos, assim como todas as reflexões propostas no capítulo I, podemos mensurar a primordialidade desta política uma vez que, de acordo com a Carta Magna, em seu Artigo 5º, todos os cidadãos brasileiros possuem direito a igualdade perante a lei da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à prosperidade. Em complemento, no artigo 6º é definido que os direitos sociais são: “educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.” (BRASIL, 1988, p.252)

Em face da realidade vivenciada pela população em situação de rua, que foge abruptamente das determinações realizadas pela Constituição Federal e propostas como direito, faz-se necessário a elaboração de um conjunto de políticas que atendam este grupo. Esta elaboração se desenvolveu mediante a um processo complexo e dinâmico, pois, segundo Machado (2020, p.103), se tratava de “um tema cheio de tensões onde cada município foi construindo suas práticas para lidar com o problema, entre higienismo, repressão e alguns serviços específicos pontuais.”

Inicialmente, as atividades realizadas tendo como público-alvo a população em situação de rua era majoritariamente proveniente de entidades privadas, ONGs (Organizações Não Governamentais) e instituições religiosas. Esta vinculação religiosa na esfera do cuidado e de ações filantrópicas sempre se fizeram presentes – conseguimos facilmente vincular esse fato ao contexto histórico da profissão de Serviço Social – e contavam com apoio das prefeituras locais. Neste momento de origem, a temática se encontra amplamente em discussão, entretanto somente nas academias e núcleo de pesquisas.

Desse modo, fica claro que as ações sociais e atividades vinculadas ao cuidado e atenção social, tradicionalmente foram permeadas por religiosidade, assim como a política tratada nesta monografia. Dito isso, retornando a tratar a política em si, a mesma teve seu impulsionamento por meio de movimentos sociais. Costa (2013) retrata esta busca por visibilidade ao direito da pessoa em situação de rua citando o movimento – entre tantos outros também importantes – chamado de

Grito dos Excluídos. Este movimento se tratava de uma manifestação que se iniciou a partir das Pastorais Sociais de arquidioceses de quase 170 cidades brasileiras, onde aspirava o início de mobilizações e lutas para este público. Entre os seus feitos, o movimento promove um espaço de denúncia das mais diversas formas de exclusão e desenvolvimento de consciência política. O movimento perdura até os dias de hoje, e tem como propostas, segundo o documento do próprio (Grito dos Excluídos, s.d):

Discutir com a sociedade o atual momento que vivemos no Brasil e no mundo, denunciando as estruturas opressoras e excludentes e as injustiças cometidas pelo sistema capitalista; Refletir coletivamente que este modelo de “desenvolvimento”, baseado no lucro e na acumulação privada, não serve para o povo, porque destrói e mata; Promover espaços de diálogo e troca de experiências para construir as lutas e a mudança, através da organização, mobilização e resistência popular; Lutar contra a privatização dos recursos naturais, bens comuns e contra as reformas que retiram direitos dos/as trabalhadores/as; Ocupar os espaços públicos e exigir do Estado a garantia e a universalização dos direitos básicos; Promover a vida e anunciar a esperança de um mundo justo, com ações organizadas a fim de construir um novo projeto de sociedade.

Segundo Machado (2020), um outro evento que demonstra a amplificação da temática em meio a movimentos de luta, refere-se ao Fórum Nacional de Estudos Sobre a População de Rua, realizado em 1993. Este fórum teve imensa importância pois promoveu um encontro em níveis regionais, estaduais e nacionais com catadores de material reciclável dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, fomentando a troca de experiências e diferentes realidades. O objetivo deste fórum consiste na amplitude de encontros para que haja mais articulações e posicionamentos entre os mais diversos estados do país. O fórum, considerado também como forma de movimento social, se faz presente até os dias atuais se destacando nas pautas e discussões desse grupo. Em fevereiro de 2023, foi emitida uma nota relatando a insatisfação com o uso de comunidades terapêuticas enquanto serviço de política pública, e em contrapartida, a nota relatava

diversas demandas prioritárias para a População em Situação de Rua. Esta nota foi assinada por alguns movimentos sociais, inclusive o fórum acima mencionado.

Um outro momento considerado relevante para a busca de conquistas para este povo se trata do I Seminário Nacional sobre População de Rua. Realizado no ano de 1995, o Seminário reuniu “gestores de várias cidades do país e intelectuais do tema, foi o primeiro marco para o início de uma luta contínua até a aprovação da Política Nacional em 2009” (COSTA, 2013, p.102).

Assim como o Seminário teve sua contribuição, a Primeira Marcha do Povo da Rua ofertou uma articulação entre os grupos de catadores de material reciclável. Esta teve seu acontecimento juntamente com o 1º Congresso Nacional de Catadores em Belo Horizonte, ocorrido em 2001. Machado (2020) ressalta em sua obra que este movimento só se tornou viável mediante muita articulação e debates.

Acontecimentos como estes continuaram ocorrendo, como: Festival de Lixo e Cidadania (2002) e suas posteriores edições; e o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua (2005). Este Encontro mantinha esforços de identificar as demandas do segmento a fim de articular estratégias que serviriam de base para promoção de políticas públicas. Para além disto, Machado (2020, p.106) cita Klaumann (2014) para complementar que o Encontro “criou forças para iniciar as discussões sobre a formulação da Política Nacional e subsidiou o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera a Lei Orgânica da Assistência Social e inclui atendimento especializado para a PSR”.

Foi por meio da Política Nacional de Assistência Social que inicialmente a população em situação de rua teve acesso a atendimentos especializados, por intermédio da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). De acordo com Machado (2020, p.107), a Política de Assistência Social “corroborou para o desenvolvimento de grandes esforços voltados para o atendimento das demandas de vulnerabilidade e risco social, o que propiciou terreno de articulação política para a organização da PSR.”

Após isto, no decorrer das conquistas e acontecimentos, houve o primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua, realizada de outubro de 2007 a janeiro de 2008, abarcando 71 cidades em todo país. Neste

extenso processo repleto de lutas e reivindicações, se instituí a Política Nacional para a População em Situação de Rua¹. O Decreto (nº7.053) responsável por concretizar a PNPR contribuiu para a materialização de todo empenho do Movimento Nacional da População de Rua, assim como das organizações da sociedade civil que estiveram inseridas durante os últimos 20 anos “(...) possibilitando a consolidação dos princípios, diretrizes e objetivos de uma Política que reconhece os direitos deste segmento e regulamenta e orienta os órgãos administrativos e entidades públicas e privadas responsáveis pelo atendimento destas pessoas.” (MACHADO, 2020. p.108)

Esta política teve sua estruturação elaborada mediante dois eixos centrais, sendo um deles “relativo à verticalidade federativa, conjuga as ações municipais, estaduais e federais, que devem trabalhar em complementaridade para atender às demandas da população” (GOVERNO FEDERAL, 2008, p.7) e outro diretamente ligado a “interdisciplinaridade e intersetorialidade na atuação para a população em situação de rua. São imprescindíveis os trabalhos conjuntos das diversas pastas governamentais, além de instituições ou de movimentos da sociedade civil organizada.” (GOVERNO FEDERAL, 2008, p.7).

A Política em questão possui princípios e diretrizes que fazem parte da sua construção, os quais exporemos a seguir. Entretanto, é essencial ressaltar que, apesar de ser uma política importante, considerada um marco histórico e um avanço em meio a tanto retrocesso, a mesma não faz menção ao envelhecimento. Em seus princípios e diretrizes não há nenhum recorte para este público, nenhuma atenção especial voltada aos trabalhadores envelhecidos em situação de rua, mesmo que sejam numerosos. Dito isto, os princípios se baseiam em:

I - Promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; II - Respeito à dignidade do ser humano, sujeito de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais; III - Direito ao usufruto, permanência, acolhida e inserção na cidade; IV - Não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária e situação

¹ Ora referida como Política Nacional pra Inclusão Social da População em Situação de Rua, devido as primeiras versões e menções em leis e decretos.

migratória; V - Supressão de todo e qualquer ato violento e ação vexatória, inclusive os estigmas negativos e preconceitos sociais em relação à população em situação de rua. (GOVERNO FEDERAL, 2008. p.14).

Já a respeito das diretrizes:

I - Implementação de políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, estruturando as políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura e o sistema de garantia e promoção de direitos, entre outras, de forma intersetorial e transversal garantindo a estruturação de rede de proteção às pessoas em situação de rua; II - Complementaridade entre as políticas do Estado e as ações públicas não estatais de iniciativa da sociedade civil; III - Garantia do desenvolvimento democrático e de políticas públicas integradas para promoção das igualdades sociais, de gênero e de raça; IV - Incentivo à organização política da população em situação de rua e à participação em instâncias de controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, assegurando sua autonomia em relação ao Estado; V - Alocação de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação das políticas públicas para a população em situação de rua; VI - Elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais, sobre a população em situação de rua; VII - Sensibilização pública sobre a importância de mudança de paradigmas culturais concernentes aos direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da população em situação de rua; VIII - Incentivo à formação e à capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção às pessoas em situação de rua; além da promoção de ações educativas permanentes para a sociedade; IX - Ação intersetorial para o desenvolvimento de três eixos centrais: a garantia dos direitos; o resgate da auto-estima e a reorganização dos projetos de vida. (BRASIL, 2008. p.15)

Por se tratar de uma política que envolve diversas demandas e expressões da “questão social”, ela abarca um aglomerado de setores que exercem juntos a

efetividade da mesma. Destacaremos aqui algumas competências e seus encarregados.

Aos Direitos Humanos cabe a responsabilidade de, segundo o Governo Federal (2008): capacitar os agentes de direito do Estado – tal como policiais – para que saibam lidar com qualquer situação que envolva este grupo social; fortalecer as ouvidorias a fim de estabelecer um melhor canal de comunicação para denúncias e possíveis dúvidas; desenvolvimento de maior responsabilização à impunidade em crimes e atos de violência para com este público, e em complemento a isto, maior oferta de assistência jurídica para que esta população tenha acesso à direitos sociais, tal como sua documentação, algo que grande parte acaba perdendo durante a caminhada sem rumo.

O CENSO, que está sendo utilizado como base para desta monografia, expõe essa informação:

Tabela1: Quantidade de documentos extraviados pela PSR em 2020.

Situação Documentos	Tenho		Tive, mas não tenho mais		Nunca tive		NS/NR		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Carteira de Identidade	2.640	61,6%	1.407	32,8%	221	5,2%	21	0,5%	4.289	100,0%
Carteira de Trabalho	1.678	39,6%	1.918	45,3%	540	12,7%	102	2,4%	4.238	100,0%
Certidão de Nascimento	2.686	62,6%	1.361	32,2%	92	2,1%	130	3,0%	4.289	100,0%
CPF	2.600	60,6%	1.369	31,9%	292	6,8%	28	0,7%	4.289	100,0%
Passaporte	131	3,1%	454	10,7%	3.451	81,4%	202	4,8%	4.238	100,0%
RED	404	9,5%	472	11,1%	2.884	68,1%	478	11,3%	4.238	100,0%
Título de Eleitor	1.556	36,8%	1.864	44,5%	683	16,1%	113	2,7%	4.238	100,0%

RED - Registro de Extravio de Documento

Já ao setor de Trabalho e Emprego compete o dever de incluir a população em situação de rua de modo prioritário mediante a uma intermediação de emprego e qualificação profissional, devendo assim manter parceria com iniciativas privadas com a finalidade de impulsionar novos postos de trabalho; elaboração de oficinas sobre economia solidária para fomentar a capacitação; garantia de acesso à direitos trabalhistas e aposentadoria, entre outros.

Ao departamento de Desenvolvimento Urbano/Habitação concerne a elaboração de alternativas de moradia para este público-alvo em projetos com financiamento governamental; Produção de projetos de reformas de locais públicos visando o uso habitacional deste grupo; assim como a disponibilização de imóveis vazios nos centros urbanos e demais competências.

Incumbe ao âmbito da Assistência Social o registro das pessoas em situação de rua no Cadastro Único; a inserção de crianças e adolescentes, que estejam em situação de trabalho na rua, no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Produção de indicadores, informações e índices que detalhem as características de territorialidade das pessoas em situação de rua, assim como as situações de vulnerabilidade social e risco pessoal; e outras tantas atribuições.

Na área da Educação a responsabilidade abrange o fortalecimento das questões de igualdade social, de gênero, raça e etnia nos currículos e práticas educativas; Proposta de vagas na educação para jovens e adultos de maneira contínua e de forma facilitada; Adequação no processo de matrícula, compreendendo que, como dito anteriormente, grande parte da população em situação de rua não possui todos os documentos necessários; Impulsionamento desta temática (situação de rua) em debates presentes nacionalmente, entre outras ações. Já se tratando especificamente da parte de Segurança Alimentar e Nutricional, cabe o dever de promover o direito à segurança alimentar por meio de restaurantes populares.

Por fim temos os segmentos de Saúde e Cultura, sendo a Saúde sistema encarregado de garantir atenção integral de forma que seja assegurado a equidade e o acesso universal ao Sistema Único de Saúde (SUS); Desenvolvimento de ações de promoção à atenção básica de saúde, assim como no fortalecimento de medidas de atenção à saúde mental das pessoas em situação de rua, tendo em vista o grande índice de transtornos por abuso de drogas; suporte às instituições e manutenções das Casas de Apoio que visam proporcionar uma continuidade no acompanhamento pós alta do paciente em situação de rua.

Já, no âmbito da Cultura pertence a atribuição de promover acesso à informação e de desempenhar função de inserção social por meio da cidadania;

Garantia a efetivação de programas vinculados ao esporte e lazer desta população; Elaboração de ações que aspirem desconstruir estigmas e assim por diante.

Vimos anteriormente neste capítulo que locais como “São Paulo e Belo Horizonte foram municípios pioneiros, ambos durante gestões do Partido dos Trabalhadores (PT).” (FERRO, 2012, p.36). Entretanto, faz-se necessário uma contemplação de análise mais aprofundada sobre a efetivação da Política para População em Situação de Rua no Rio de Janeiro, área de abrangência deste trabalho. Para tal propósito, é fundamental relatar que “para que uma política pública seja considerada eficiente, é necessário que ela traga a garantia dos direitos dos cidadãos aos quais é destinada.” (COSTA; GUERRA, 2018, p.14). A política precisa, mesmo que de modo gradual, modificar o cenário da população atingida pelas desigualdades.

É sabido que adversidades permeiam qualquer tentativa de visibilidade a esta população. Dito isto, partiremos para um momento mais recente, tratando da política de modo mais atual. Para que a política nacional seja eficaz, é imprescindível a atuação conjunta de entes federativos – como mencionado e detalhado previamente – para que seja factível seu desempenho e execução.

De acordo com Costa e Guerra (2018), esta política visa para além da questão da falta de moradia, como também no desenvolvimento de geração de renda, inclusão social e demais problemas que afetem diretamente este público, voltando sua atenção para melhorias nas condições da vida humana.

Mesmo com todas as diretrizes e objetivos bem alinhados, no Rio de Janeiro a Política Nacional tem diversas ressalvas e impasses. Segundo os autores Serafino e Luz (2015), a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro não havia aderido, na época de sua elaboração, a referida Política. Segundo os autores citados, até mesmo nos feitos iniciais da política, “as ações desenvolvidas junto a esse segmento populacional, em geral, caracterizavam-se pelo caráter paliativo, fragmentado, setorizado e, em especial, de higienização, por ser marcada pelo afastamento das pessoas do centro da cidade.” (2015, p.78).

De acordo com Serafino e Luz, os anos iniciais da política em questão, no Rio de Janeiro, foram traçados por falta de investimento e por medidas repressivas, como apresenta a fala presente a seguir:

Obviamente, como os investimentos não foram extensivos a outras dimensões da gestão da política, em 2010 algumas medidas utilizadas para controlar a situação dessa população ainda tinham traço majoritariamente repressivo, com medidas de caráter de ordem público e com a atuação frequente de ações comumente chamadas de Choque de Ordem. São de ações de recolhimento de pessoas da rua de forma arbitrária, efetuadas no âmbito do Projeto Rio Acolhedor, que é coordenado pela Secretaria de Ordem Pública. (2015, p.78)

Ao entender isto, é notório a necessidade de um acompanhamento assíduo para que esta política tenha sua efetividade, mesmo que nos dias atuais.

No Rio de Janeiro, há um projeto de lei – ainda em trâmites legais – que contempla esta ideiação. Neste projeto criado pelo Vereador Reimont (Partido dos Trabalhadores), no ano de 2015, é proposta a elaboração de um Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PROJETO DE LEI Nº 1543/2015). Segundo a descrição do próprio projeto, disponível no site da Câmara do Rio de Janeiro, o planejamento é que este programa se estruture da seguinte forma:

Art. 10. O comitê terá a seguinte composição:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- d) um representante da Secretaria Municipal de Habitação;
- e) um representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego;
- f) um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- g) um representante da Secretaria Municipal da Casa Civil.

II - representantes da sociedade civil (RIO DE JANEIRO, 2015)

Com o caráter de acompanhamento e elaboração de medidas cabíveis, destina-se então a este projeto as seguintes atribuições:

Art. 11. Compete ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua:

I - elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Municipal para a População em Situação de Rua, especialmente quanto às metas, objetivos e responsabilidades;

II - acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

III - desenvolver, em conjunto com os órgãos municipais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

IV - propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas municipais para o atendimento da população em situação de rua;

V - propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

VI - instituir grupos de trabalho temáticos, em especial para discutir as desvantagens sociais que a população em situação de rua foi submetida historicamente no Município do Rio de Janeiro e analisar formas para sua inclusão e compensação social;

VII - acompanhar a implementação da Política Municipal da População em Situação de Rua, em âmbito local;

VIII - organizar, periodicamente, encontros para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

IX - deliberar sobre a forma de condução dos seus trabalhos e seu regimento.

Este projeto de Lei nº 1543/2015 teve sua elaboração sob a justificativa de que o Rio de Janeiro, enquanto uma cidade importante e conhecida como cartão postal “não poderia se eximir da sua responsabilidade (..) em aderir a essa política inovadora e humanizada e colocar em prática ações mais inclusivas e efetivas para essa parcela da população, visando a recuperação e a reinserção desses indivíduos na sociedade.” (BRASIL, 2015, n.p).

Como dito precedentemente, este projeto se mantém em trâmites legais, ainda não sendo implementada e/ou colocado em prática. Embora, “ainda que haja muito a se fazer para a consolidação e efetivação, é um sinal emblemático no sentido de contraposição da supremacia do interesse capitalista de mercado sobre o da organização popular e o exercício da cidadania. (COSTA; GUERRA, 2018, p.17).

Apresentando um olhar crítico para a execução e concretização desta política no Rio de Janeiro, percebe-se sua ineficiência. Segundo Porfirio (2004, p.132) “os gestores não têm nenhum interesse em conhecê-la e, o agravante, em debater com a sociedade civil como desenvolvê-la.”. É possível notar essa realidade descrita por Porfirio pela lentidão, desinteresse e burocratização quando há uma tentativa de prática efetiva, como no projeto mencionado acima. De acordo com a autora (2004, p.132): “os gestores do município vão além, acabam travando-a, ao não compartilhar, não realizar qualquer interlocução com os movimentos, instituições voltadas para esse segmento. E, ainda mais, exercem a tradicional prática de cooptação daqueles moradores com visibilidade de liderança”.

Com a intenção de findar a reflexão proposta neste capítulo, foi possível observar que, mesmo utilizando diferentes autores, as considerações expostas são muito semelhantes. O Rio de Janeiro possui dificuldades na execução desta política e de tudo que a mesma propõe como garantia. Este fato é presente na cronografia da cidade do Rio de Janeiro, na sua construção e desenvolvimento. Este contexto histórico será detalhado no próximo capítulo e é de suma importância para compreender as mazelas presentes até os dias de hoje e as expressões da questão social que permeiam esta população.

CAPÍTULO III

4. Censo da População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: analisando o perfil dos trabalhadores envelhecidos.

A fim de compreender o funcionamento da PNPR no Rio de Janeiro, e por consequência, poder analisar o perfil dos seus usuários, faz-se fundamental relatar o contexto histórico da cidade referente aos invisíveis sociais e suas marcas ancestrais que se mostram presentes na realidade até os dias de hoje. Para isto, Porfirio (2014, p.31) cita Silva (1997) ao dizer que:

Do final do século XIX ao início do século XX logo após a abolição da escravidão, a capital da República é um dos maiores centros de mendicância, pobreza e favelização do país. A cidade já denunciava a exclusão social e a forte concentração de renda e patrimônio. Tudo se traduzia no visível contraste entre a vida miserável e/ou desocupada de grande parte do povo e a elegância e o luxo de um pequeno e seletivo grupo de privilegiados.

A rua era moradia dos desafortunados de saúde e desventurados de oportunidades. Segundo Silva (1997, p.45), o embaixador português, antes de Proclamar a República, proferiu as seguintes palavras a respeito do público em situação de rua: “Esta cidade do Rio de Janeiro está cheia de gatunos e malfeitores de toda espécie (...) havia gente desocupada em grande quantidade, sendo notável o número de menores abandonados”.

O próprio início do século XX (referido anteriormente), mediante aos fenômenos do êxodo rural e imigração estrangeira, trouxe para a cidade do Rio de Janeiro um grande número de desempregados. Isto, segundo Porfirio (2014), se constata mediante o não comprometimento dos primeiros governos da República Velha ao ignorarem qualquer desenvolvimento de políticas públicas para a população em situação de rua, os deixando completamente vulneráveis.

Alguns outros momentos históricos reforçam essa realidade da cidade, tal como a política do “saneamento financeiro” proposto no governo Campo Sales, de 1899 a 1902. Esta política “só fez ampliar a recessão e o desemprego o que, por consequência, causou aumento de favelas e cortiços” (PORFIRIO, 2014, p.34).

Durante todo o percorrer dos anos, este povo foi invisibilizado. Somente na era Vargas, em 1934, se deu início as primeiras ideias de atenção a este público. Neste ano foi estabelecido o Albergue da Boa Vontade, localizado na Praça da Harmonia. Este era organizado pelo Departamento de Assistência Social e tinha como objetivo oferecer pernoite por aproximadamente 7 dias ao indivíduo, podendo esse prazo ser prorrogado mediante a justificativa.

Esta visão retrógada a respeito da população em situação de rua infelizmente não se manteve no passado exposto acima. Ainda nos dias atuais, segundo Machado (2017, p.90):

As políticas de segurança pública se voltam para uma direção de manutenção da ordem pública, ignorando o campo da proteção social e dos direitos humanos, intervindo nas ruas contra qualquer disparidade contra segmentos e indivíduos que se enquadrem num perfil de criminalidade, mendicância e miséria absoluta. Nesse sentido, tais ações funcionam apenas como atos de repressão e “tolerância zero”, higienizando as vias públicas dos principais centros urbanos, tentando mascarar as expressões da questão social presentes no cotidiano da cidade.

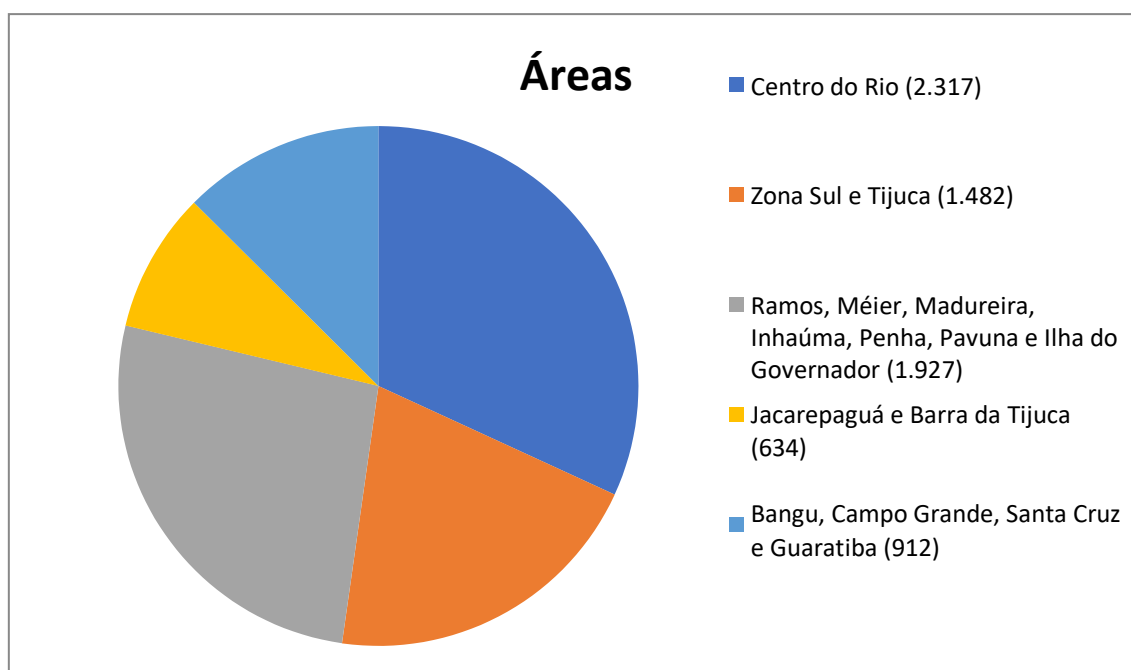
Fazendo um paralelo entre passado e presente, apresento a fala do então Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD). Segundo dito pelo Prefeito no dia 27/12/2022, em entrevistas a jornalistas no Palácio da Cidade, onde se localiza a sede do governo municipal: “A população de rua é hoje o maior problema do Rio de Janeiro. Estamos avaliando as questões legais para a adoção desta prática [de internação involuntária]”. O Prefeito associa o elevado número de pessoas em situação de rua com o grande quantitativo de dependentes químicos no estado. Em sua concepção, a internação involuntária diminuiria o número de dependentes químicos e, ao mesmo tempo, por consequência, a quantidade de população em situação de rua. Vale recordar que Eduardo Paes adotou esta prática (internação involuntária) em seu primeiro mandato, de 2009 a 2012. Essa medida foi “(...) suspensa após críticas de especialistas em saúde pública, para os quais a medida só deveria ser adotada em situações excepcionais.” (MAGALHÃES; GALDO. 2022).

Exemplo das considerações que Machado, autor utilizado anteriormente, traz em sua obra e que foi apresentado acima: a mendicância, até o ano de 2009, era

considerada infração e contravenção penal (decreto-lei 3.688, do ano de 1941). Somente em 17 de julho de 2009, através da Lei 11.983, o decreto foi revogado. O avanço da revogação se manteve tão somente no âmbito teórico, pois a sociedade ainda mantém os mesmos preceitos, taxando a mendicância como “crime moral e enxergada pelo olhar do preconceito” (Machado, 2017, p.68 apud Potyara e Siqueira, 2009).

Segundo Dantas (2007, p.50) “o município do Rio de Janeiro possui uma população aproximada de seis milhões de habitantes espalhados por uma área de 1.255 Km², 32 administrações regionais e 159 bairros.” No Censo de 2020 – material escolhido como base de dados desta monografia – a população em situação de rua está distribuída da seguinte forma:

Infográfico 1: Panorama geral – Distribuição da População



Fonte: Censo 2020

Com este detalhamento de dados segmentado por áreas é possível observarmos que as áreas que mais possuem pessoas em situação de rua são Centro e Zona Norte, respectivamente. Estes dados nos confirmam que o contexto histórico social relatado no início do capítulo, perdura até os dias de hoje. Como dito anteriormente, o Centro do Rio de Janeiro possui um histórico, se apresentando como um dos maiores locais de passagem da população em situação de rua.

Já sobre a Zona Norte, segundo Izaga et al (2023, p. 3) “ (...) a construção das primeiras ferrovias dão origem ao desenvolvimento de núcleos suburbanos em torno das estações, cujas centralidades progressivamente se emendam para constituir a extensa zona suburbana, hoje denominada de Zona Norte.” Ainda com base nesta mesma obra (2023, p.3):

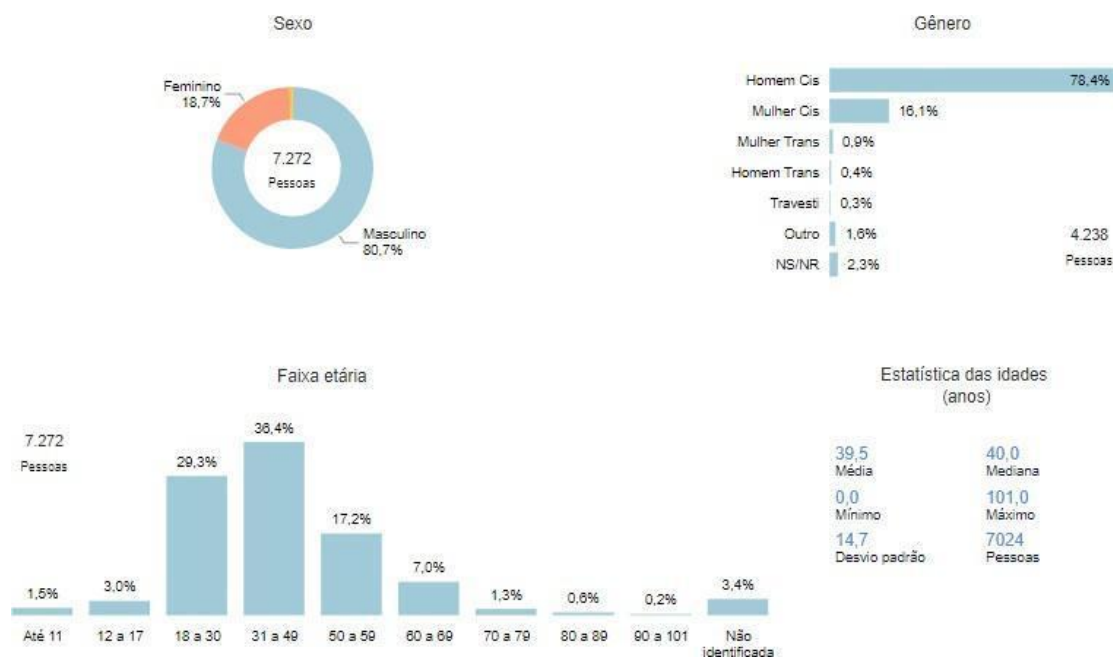
A partir de meados da década de 1940, juntamente com a abertura da Avenida Brasil, cresceu o Complexo da Maré, conjunto de favelas que hoje está entre as 10 maiores favelas da cidade. Outras quatro grandes favelas da cidade, Complexo do Alemão, Complexo da Penha (Vila Cruzeiro) e Jacarezinho também estão localizadas na Zona Norte, fato que corrobora para que essa área possua o maior número de favelas da cidade (386), e quase a metade da população que vive em favelas da cidade (648.453 habitantes).

Essas informações proporcionam uma reflexão mais aprofundada sobre as dimensões sociais, culturais e econômicas que se modificam constantemente, ainda que dentro de um mesmo município. A Zona Norte, sendo uma área que vivencia de modo mais acentuado as expressões da “questão social”, mostra numericamente o resultado do que a invisibilidade e desproteção podem gerar.

De modo a avançar no reconhecimento do perfil desta população, destacarei a seguir as características sociais, de gênero e raça da população que, segundo o CENSO 2020, torna a rua como seu refúgio.

O CENSO 2020 totalizou, no Rio de Janeiro, um número de 7.272 pessoas em situação de rua. Desse quantitativo, 5.871 eram homens, e entre eles, 4.510 pretos/pardos, 1.046 brancos, 17 indígenas, 74 amarelos. Com relação as mulheres, o número total foi de 1.360; sendo 1.025 pretas/pardas, 263 brancas, 2 indígenas, 18 amarelas. A idade média dos homens se manteve em 39.7, já das mulheres em 38.8. Confira a seguir:

Infográfico 2: Gênero e Faixa etária



Fonte: Censo 2020

A partir destes dados, apreendemos que a população em situação de rua é composta, majoritariamente, por homens negros ou pardos. O público masculino ocupa 80,7% das ruas. A faixa etária desta população, em sua maioria, é de 31 a 49 anos. No entanto, engana-se quem pressupõe que esta seja a única faixa etária a padecer perante a esse sistema que nos aprisiona e nos insere nas mais diversas expressões da questão social. O percentual da pessoa idosa nas ruas, no ano de 2020 no Rio de Janeiro se manteve em 9,1%, considerando o parâmetro de 60 a 101 anos.

Este fato é relevante para ser destacado pois, nos últimos meses, foi divulgado o CENSO mais atual do ano de 2022. Esta vertente do CENSO com abrangência municipal ocorre a cada dois anos. O que escolhemos utilizar nesta monografia está sendo o de 2020, ainda bem atual. Porém, nesta altura desta produção acadêmica, é possível expormos alguns contrapontos principalmente no que tange os números de pessoas envelhecidas em situação de rua.

Segundo o Jornal Globo (CORREIA, 2023) o número de trabalhadores envelhecidos nas ruas “aumentou 26% em comparação com aos dados de 2020, totalizando 446 pessoas. Desse total, 91% tem idade entre 60 e 69 anos”. Ainda de

acordo com o Jornal, 55% desses idosos possuem algum tipo de deficiência e na maior parte dos casos, o motivo pelo qual se encontram em situação de rua são conflitos familiares. Foi observado que no ano de 2020 este também se caracterizava como o principal motivo causador, sendo a resposta de 44.6% dos entrevistados; seguido do Alcoolismo com 17.7%; Demissão do trabalho com 14.6%; Ameaças/abusos 2.2%, entre outros. Sendo assim, concebemos que a realidade dos envelhecidos está tendo cada vez mais, ano a ano, apagamento social.

A fim de expor uma informação adicional referente as mudanças ocorridas no ano de 2020 a 2022 segundo o CENSO, insiro aqui uma ilustração apresentada também pelo Jornal Globo (CORREIA, 2023) de modo a elucidar a discussão proposta neste capítulo anteriormente:

Infográfico 3: Paralelo entre as mudanças numéricas

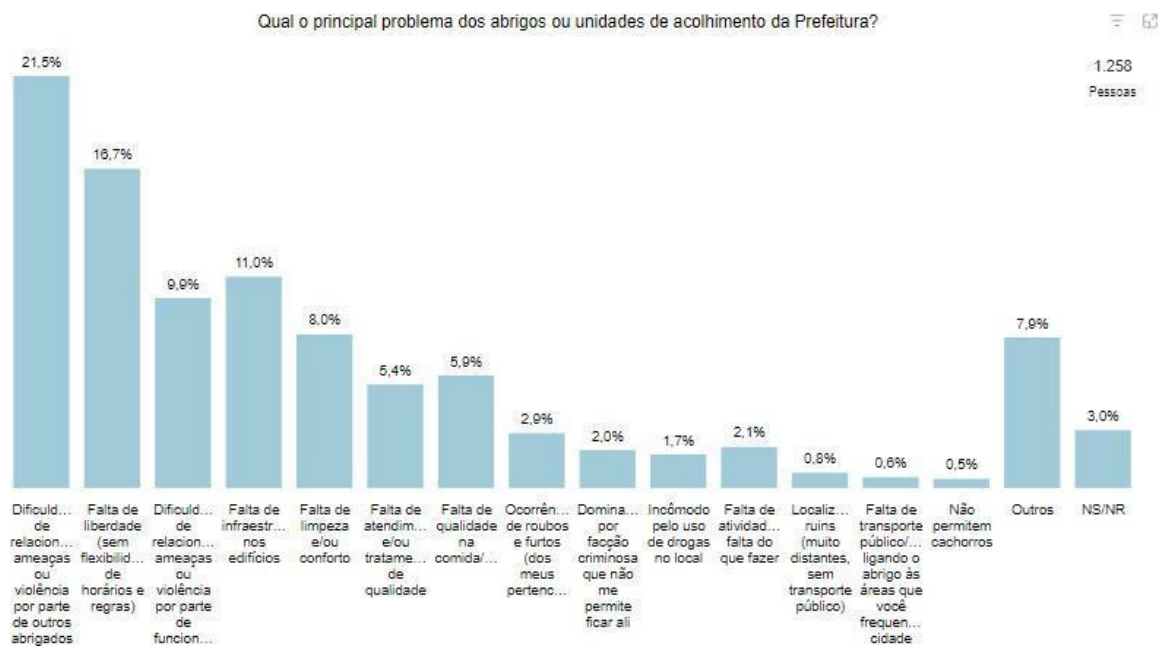


Fonte: CORREIA, 2023. Jornal Globo.

Como dito, a região da Zona Norte possuía em 2020 um elevado quantitativo de população em situação de rua. Com a imagem acima podemos interpretar que não houve melhora, não houve efetividade nas políticas que propusessem a garantia dos direitos sociais, em especial o de moradia. Posto isto, retorno à análise dos dados extraídos do CENSO 2020 a fim de deslindar e compreender ainda mais o acesso – ou a falta dele – aos benefícios sociais. Ao realizar a leitura dos dados, encontramos a informação de que, entre os entrevistados, um quantitativo considerável, em algum momento de sua trajetória, faz uso das unidades de acolhimento da Prefeitura. Com base nas informações fornecidas, 26,6% dos entrevistados se abrigaram em unidade de acolhimento por menos de uma semana;

24,3% entre uma semana e um mês. Apenas 4,6% relataram terem utilizado o acolhimento por mais de 3 anos. Daqueles que utilizam as unidades de acolhimento, 36,5% afirmam que as instituições possuem problemas.

Infográfico 4: Dificuldades enfrentadas pelos usuários



Fonte: Censo 2020

Na imagem acima se encontra a demonstração do que, para os usuários, se apresentam como principais problemas existentes. A dificuldade de relacionamento interpessoal juntamente com a violência/agressividade entre os próprios usuários se classifica como o problema predominante, correspondendo a 21,5% das respostas. Posterior a isto, a falta de flexibilidade de horários e regras (16,7%) e a difícil relação entre usuário e funcionários (9,9%) se apresentam como grande parte dos descontentamentos. O quantitativo a seguir nos confirma que, apesar de funcionar de forma efetiva para a maioria dos usuários, a falta de qualidade no atendimento demonstra ainda mais a desigualdade social: 11,0% apresentam insatisfação com a infraestrutura precarizada; 8,0% relatam a falta de limpeza e conforto no ambiente e 5,9% descrevem a alimentação como de má qualidade.

O gráfico a seguir nos auxilia a pensar na efetividade das políticas públicas que tenham a atenção voltada para essa população, isto por que, para 42,8% dos

entrevistados, o que mais eles precisam para que seja possível retirar-se da situação de rua, é um emprego. Já para 16%, a moradia é o fator mais necessário para sair desta situação. Acompanhamento psicológico (4.1%) e acompanhamento médico (3.2%) também se encontram entre os principais fatores necessários e faltantes.

Infográfico 5: Segundo esta população, o que é necessário para conseguir deixar a situação de rua



Fonte: Censo 2020

Pelo quantitativo de pessoas em situação de rua que almejam oportunidade de emprego, é possível inferimos que a política - ou parte dela - não está sendo posta em prática, pelo menos no que se refere a parte trabalhista, de nutrição/alimentação e moradia, como os dados expostos e analisados acima nos mostram.

Ao que se percebe, a parte da política que está sendo implementada concerne aos abrigos responsáveis pelo acolhimento destes indivíduos, com atenção voltada para um atendimento assistencial. E, até mesmo nesta implementação, pode-se notar problemas na execução. Esta realidade dificultosa das unidades de acolhimento não são uma novidade, já que no ano de 2017 o Jornal RJTV noticiava a precariedade da situação das instalações. Na citada reportagem, nos deparamos primeiramente com o panorama de escassez de vagas, visto que no ano de 2017 havia 14.429 pessoas em situação de rua na capital fluminense,

enquanto apenas 2.155 vagas disponíveis em instituições. Este noticiário entrevistou alguns moradores de um abrigo específico da Zona Oeste do Rio e relatou as vivências dos que aceitaram se pronunciar. Em todos, a narrativa era a mesma: ambiente precarizado, má organização e despreparo. Isto corrobora com as discussões propostas no capítulo, demonstra a insuficiência de atendimento da política.

Com todas as informações expostas, creio ter sido possível atingir a ideação do que o capítulo propõe: refletir acerca dos dados, desenvolver uma análise crítica sobre o principal perfil de usuários desta política, assim como ressaltar as condições daquilo que minimamente é oferecido a esta população.

5. Considerações finais

Nesta monografia, dedicamos nossos esforços para abordar de forma significativa um tema pouco discutido no meio acadêmico. Por isto, consideramos que o desenvolvimento dessas discussões expostas, propuseram um material valioso para o campo de estudo do envelhecimento, e principalmente, dos envelhecidos em situação de rua. Muito encontramos a respeito do processo do envelhecimento, ora considerações mais voltadas para o campo da psicologia, ora no âmbito da gerontologia, ora a partir de questionamentos sociais. Entretanto, discussões específicas acerca da temática aqui tratada, são raras. Os idosos que sofrem duplamente o abandono – pela sociedade e pelo Estado - não se encontram presentes como pauta nas discussões mais profundas.

Com a finalidade de proporcionar o desdobramento das reflexões necessárias, utilizamos autores especialistas e renomados, para que houvesse embasamento teórico. A partir disto, foi possível abordar temas importantes para que o leitor compreendesse, de modo linear, as ressalvas que pretendíamos apresentar. Pensando nisto, elaboramos uma cronologia que primeiro explicasse o processo do envelhecimento de modo crítico, considerando o sistema capitalista no qual estamos inseridos, para após isso seguirmos para discussões mais profundas, como por exemplo o conceito de “questão social”.

Ao abordar a “questão social”, se tornou viável tratar a respeito das mazelas sociais e de como o sistema econômico engendra estas desigualdades. Sendo este um sistema que visa a produção de riqueza e lucro por meio da mão de obra do proletariado, nossos trabalhadores envelhecidos não possuem mais serventia. Esta discussão foi tratada de modo mais aprofundado com a intenção de fazer com que o leitor tivesse acesso ao contexto histórico-social e compreendesse que este sistema nos aprisiona e nos descarta, com o propósito de incentivar emancipação humana, onde o ser social deve ter um pensamento crítico para que possa viver longe da alienação.

Com todos estes conhecimentos, questionamentos e problemáticas acerca destes invisíveis sociais, seguimos para a parte onde abordamos a competência do Estado enquanto responsável por estes indivíduos. Abarcamos o contexto social e de luta onde relatamos os primórdios do que futuramente seria a

Política Nacional para a População em Situação de Rua. Esta política deve – ou deveria – garantir os direitos sociais desses cidadãos que estão em situação de vulnerabilidade. Digo “deveria” em tom de crítica, pois, mesmo reconhecendo o grande avanço que a elaboração desta política proporcionou, podemos apreender em meio as informações aqui apresentadas que ela ainda não funciona de forma efetiva no Rio de Janeiro. A população em situação de rua no Rio de Janeiro permanece sendo vista como um problema social, pelo Estado (quando pensa em ações de cunho higienista e com intenção voltada apenas para o controle social) e pela própria sociedade (quando reproduz estes preceitos e afasta cada vez mais esta população das relações sociais).

Sendo assim, a fim mostrar além do campo teórico, expomos dados do CENSO para que a sociedade acompanhe e visualize a realidade vivenciada por muitos. Com estes dados, foi possível refletir acerca das questões etárias, de gênero e de raça que foram apresentadas. Como vimos, a maioria nas ruas são homens negros e pardos. Fato este diretamente relacionado ao racismo estrutural ao qual está imposto socialmente. É sabido que homens negros possuem menos oportunidades de emprego, acesso à educação, e como os números nos mostraram, a moradia. A ampla divulgação destes conceitos e dados é de suma importância para que este debate esteja também cada vez mais presente nas discussões, não somente no campo acadêmico, mas sim de forma efetiva alcançando diretamente toda a sociedade.

Em meio a análise dos gráficos e dados, o resultado que obtivemos é que, consideramos por fim que a política não vem sendo capaz o suficiente de atender a todos que dela necessitam. Muitos continuam sem o acesso, ao qual a eles deveria ser garantido. É necessário maiores discussões e planejamentos para que a política consiga atingir níveis para além do assistencialismo. É necessário desdobrar sobre os problemas que estão enraizados a fim de alcançar um atendimento mais qualificado e digno a esta população.

Compreendendo que toda a discussão desenvolvida possui diversas camadas que merecem cada vez mais nossa notoriedade e aprofundamento, entendemos que os questionamentos não se findam por aqui. É indispensável uma continuidade na atenção voltada a esta população e no desenvolvimento de mais pesquisas a

respeito dela, para que, mesmo de modo gradual e moroso, ela se torne menos invisível.

Esperamos que esta contribuição sirva como acervo de conhecimento para o corpo social, e de mesmo modo, estimule novos pesquisadores na área. Que nunca nos falte desejo e forças para desenvolvermos uma sociedade sem preconceitos, com dignidade e potencial transformador.

REFERÊNCIAS:

ALCANTRA, G.O; LEITE, J.L. AS EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NA ERA DO CAPITALISMO FINANCEIRO. **Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital**, 2011.

BRASIL, Constituição Federal 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. Dia Nacional do Idoso e Dia Internacional da Terceira Idade: “A jornada para a igualdade”. Biblioteca virtual em saúde, s.d. Acesso em: 05/04/2023. Link de acesso: <[**BRASIL**, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Violência contra idosos: mulheres são as maiores vítimas e filhos os principais agressores; 2020. Acesso em: 05/04/2023. Link de acesso: <\[>\]\(https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/junho/violencia-contra-idosos-2013-mulheres-sao-as-maiores-vitimas-e-filhos-os-principais-agressores\)>](https://bvsmis.saude.gov.br/01-10-dia-nacional-do-idoso-e-dia-internacional-da-terceira-idade-a-jornada-para-a-igualdade/#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde,anos%20nos%20pa%C3%ADses%20em%20desenvolvimento.>></p>
</div>
<div data-bbox=)

BRASÍLIA, Governo Federal. Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Brasília, DF. 2008. Acesso em: 06/04/2023. Link de acesso: <[>](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf)>

BRASILIA, Governo Federal. Síntese da Política para População de Rua; 2020. Acesso em: 06/04/2023. Link de acesso: <[>](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/sumario)>

CALDAS, L.S et al. Violência contra a mulher idosa: vozes silenciadas. 2009. **Geriatrics & Gerontology**. 2008;2(4):167-175.

CASTEL, R. As metamorfoses da Questão Social – Uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poletti. 2ª ed. Petropolis: **Editora Vozes**, 1999.

CECHINEL, A; FONTANA, S. A. P; GIUSTINA, K. P. D; PEREIRA, A. S; PRADO, S. S. **Estudo/Análise Documental**: uma revisão teórica e metodológica. UNESC, Criciúma, v. 5, nº1, janeiro/Junho 2016. Criar Educação – PPGE – UNESC.

CORREIA, B. **Número de pessoas em situação de rua no Rio aumentou; maioria é preta ou parda e possui baixa escolaridade.** Jornal Globo – G1, 2023. Data de acesso: 08/07/2023. Link de acesso: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/04/14/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-rio-aumentou-maioria-e-preta-ou-parda-e-possui-baixa-escolaridade.ghtml>>

COSTA, A. L. P. **Política municipal de atendimento à população em situação de rua de Fortaleza.**2013. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade)–Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

COSTA, L.R.S; GUERRA, S. **MORADORES DE RUA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: UM PROBLEMA A SER ENFRENTADO PELO PODER PÚBLICO PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA.** Unigranrio, 2018.

COSTA, P.A; COSTA, L.J.A; CAVALCANTI, P.B. A velhice como expressão da Questão Social no Brasil. AT-10: **Políticas Públicas e Direito da Pessoa Idosa,** 2017.

DANTAS, M. **Construção de Políticas Públicas para População em Situação de Rua no Município do Rio de Janeiro: Limites, Avanços e Desafios.** FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.

DEBERT, G.G. A Reinvenção da Velhice: Socialização e processo de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: **Edusp,** 1999.

FARIA, G.C.B.B; PAIXÃO, L. R.R. **Envelhecimento e políticas públicas: um debate necessário para o Serviço Social.** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

FARIAS, P.; OLIVEIRA, D.: Questão Social: um conceito revisitado, **Contribuciones a las Ciencias Sociales,** 2009.

FERRO, M. C. T. Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados.**Revista Direitos Humanos,**Brasília (DF): Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, n. 8, jan.2012.

GLOBO. **Rio tem 2 mil vagas em abrigos para 14 mil moradores de rua.** Jornal RJTV, 2017. Data de acesso: 08/07/2023. Link de acesso: < <https://g1.globo.com/rio->

de-janeiro/noticia/rio-tem-2-mil-vagas-em-abrigos-para-14-mil-moradores-de-
rua.ghtml>

Grito dos excluídos. História - Grito dos/as excluídos/as. Acesso em: 30/06/2023.
Link de acesso: <<https://www.gritodosexcluidos.com/historia>>

HECK,R.M; LANGDON, E.J.M. Envelhecimento, relações de gênero e o papel das
mulheres na organização da vida em uma comunidade rural. Rio de Janeiro: **Editora
FIOCRUZ**, 2002. Antropologia & Saúde collection, pp. 129-151.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:
esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, **Cortez**, 1983.

IAMAMOTO, M.V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro,
trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: **Cortez**, 2012.

IANNI, O. A questão social. **Ci. & Tróp.**, Recife, v. 17 ,' 2, p. 789-202, fui. Ide;.,
1989.

IZAGA, F.G; et al. Morfologia da favela na Zona Norte no Rio de Janeiro: a relação
entre a urbanização formal e a forma de crescimento da informalidade. **Revista de
Morfologia Urbana** (2023) 11(1): e00294.

JANONE, L. Pandemia causa aumento na população de rua no Rio de Janeiro,
aponta prefeitura. **Jornal CNN**, 05/07/2021. Acesso em: 05/05/2023. Link de acesso:
< <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pandemia-causa-aumento-na-populacao-de-rua-no-rio-de-janeiro-aponta-prefeitura/>>

JARDIM, V.C.F.S; MEDEIROS, B.F; BRITO, A.M. Um olhar sobre o processo do
envelhecimento: a percepção de idosos sobre a velhice. **REV. BRAS. GERIATR.
GERONTOL.**, 2006; 9(2):25-34.

MACHADO, R.W.G. A construção da Política Nacional para População em Situação
de Rua. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 39, p. 102-118, jan./jun. 2020.

MACHADO, R.W.G. **A formulação da Política Nacional para População em
Situação de Rua:** Um estudo a partir do Fórum Permanente sobre População em
Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado, PUC-RIO,
2017.

MAGALHÃES, L.E; GALDO, R. Paes avalia a volta da política de internação compulsória para dependentes químicos. **Jornal O Globo**, 2022. Acesso em: 02/07/2023. Link de acesso: < <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/12/paes-avalia-volta-da-politica-de-internacao-compulsoria-para-dependentes-quimicos.ghtml>>

MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. In: Os Economistas. Abril Cultural, São Paulo, 1982.

MARX, K. O Capital. Coleção os Economistas. São Paulo: Nova Cultura, V.1, Tomo1, 1988.

MATTOS, C.M.Z. **Condições e modo de vida das pessoas idosas em situação de rua.** Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

Minayo, M.C.S, Coimbra Jr, C.E.A. Entre a liberdade a liberdade e a dependência (introdução). **Antropologia, saúde e envelhecimento.** Rio de Janeiro: Fiocruz. 2002.

NETTO, J.P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 7ª e.d. São Paulo, **Cortez**, 2009.

NETTO, J.P. Cinco notas a propósito da "questão social". **Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001

OLIVEIRA, M.C.R; FERNANDES, M; CARVALHO, R.R. O papel do idoso na sociedade capitalista contemporânea: uma tentativa de análise. **Estado, desenvolvimento, crise e capital;** 2011.

PAIVA, S. O.C. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho no tempo do capital:** um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social. Recife: S. O. C. e Paiva, 2012.

PEREIRA, P.A.P. Formação em Serviço Social, Política Social e o Fenômeno do Envelhecimento. **SER Social**, [S. l.], n. 21, p. 241–258, 2009.

PORFIRIO, M. V. **População em Situação de Rua e Direitos Humanos na cidade do Rio de Janeiro:** a invisibilidade no olhar dos meios de comunicação. 2014. Tese (Doutorado)-Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIO DE JANEIRO, Câmara Municipal. **PROJETO DE LEI Nº 1543/2015**. Acesso em: 30/06/2023. Link de acesso: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/b63581b044c6fb760325775900523a41/448d60e16ad2a95383257ec00062253e?OpenDocument>>

SALGADO, C.D.S. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 4, 2002. p. 7-19.

SANTOS, E.P. “**O surgimento de uma nova questão social é traduzido pela inadaptação dos métodos antigos de gestão social**”. Universidade Federal de Pernambuco. Recife/PE, 2005.

SERAFINO, I.; LUZ, L. C. X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. **Katalisys**, Florianópolis: UFSC, v. 18, n. 1, 2015.

SILVA, M.H.C. **Viver como der**: um estudo sobre os moradores da cidade do Rio de Janeiro. 1997. Trabalho de conclusão de curso-escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVEIRA, D. Em 2019, país tinha 6 milhões de idosos a mais que crianças com até 9 anos, diz IBGE. **Jornal Globo**, G1. 06/05/2020. Acesso em: 05/04/2023. Link de acesso: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/em-2019-pais-tinha-6-milhoes-de-idosos-a-mais-que-criancas-com-menos-de-9-anos-diz-ibge.ghtml>>

TEIXEIRA, S.M. Envelhecimento em contexto de superexploração e contrarreformas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 142, p. 447-466, set./dez. 2021. Tomo 1, 1988.